

8. PRESCRIÇÃO DE JAZIGOS E SEPULTURAS A FAVOR DO MUNICÍPIO:

Da **DMGAP/DACPGC** submetendo à consideração do Executivo Municipal informação relativa à prescrição de jazigos e sepulturas, no sentido de serem declarados prescritos a favor do Município, nos termos do artigo 49º. do Regulamento do Cemitério Municipal, documento esse que aqui se dá reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricado por todos os membros presentes à reunião.

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Abandono de sepulturas e jazigos no Cemitério de Monte d'Arcos. Declaração de prescrição.

Atento o teor das informações prestadas por estes serviços em 8.9.2016 e 16.9.2016, que receberam o despacho de "Concordo" do Sr. Presidente desta Câmara Municipal em 12.9.2016 e 20.9.2016, respetivamente, que aqui se dão por integralmente reproduzidas para todos os efeitos legais e cumpridos que estão todos os formalismos legalmente prescritos, nomeadamente por os concessionários ou seus herdeiros ou outras pessoas interessadas não terem reivindicado junto deste Município a titularidade relativamente à concessão e não tendo exercido os seus direitos por período superior a dez anos, não tendo feito cessar o desinteresse na conservação e manutenção dos Jazigo/sepulturas, **deverá a Câmara Municipal declarar prescritos os jazigos e sepulturas a seguir melhor identificados a favor do Município, caducando a concessão, nos termos do disposto no artigo 49^a do Regulamento do Cemitério Municipal:**

"Artigo 49^o

Declaração de prescrição

1. Decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo anterior, sem que o concessionário ou seu representante tenha feito cessar a situação de abandono, poderá a Câmara Municipal deliberar a prescrição do jazigo ou sepultura, declarando-se caduca a concessão, à qual será dada a publicidade referida no mesmo artigo.

2. A declaração de caducidade importa a apropriação pela Câmara Municipal do jazigo ou sepultura."

Ào Excmo. Municipal.

16.10.26



Secção nº 1

Nº Sep./Jaz.	Area	Nome da última inumação	Data da última inumação
108	+/-2,00m2	Beatriz Garcia Santos	14.02.1978
176	+/-2,00m2	Adelaide Gomes Cardoso	03.11.1955

Secção nº 2

Nº Sep./Jaz.	Area	Nome da última inumação	Data da última inumação
57	4,50m2	Desconhecido	Antes de 1956
98	+/-2,00m2	Maria Carolina Costa	02.07.1964
109	+/-2,00m2	Maria Conceição Pinto	08.04.2001

Secção nº 3

Nº Sep./Jaz.	Area	Nome da última inumação	Data da última inumação
26	4.50m2	Joaquim Machado Cayres	1922 ou 1923

Secção nº 4

Nº Sep./Jaz.	Area	Nome da última inumação	Data da última inumação
18	4.50m2	Adelaide Sol. Monteverde C.Lobo Sotto Azevedo	23.11.1906
29	4.50m2	Desconhecido	Antes de 1956
65	+/-2,00m2	Maria Alcina Gonçalves F. Pereira	22.01.1987

Secção nº 5

Nº Sep./Jaz.	Area	Nome da última inumação	Data da última inumação
54	+/-2.00m2	Mª do Sameiro Sousa Braga	25.05.1929

Secção nº 6

Nº Sep./Jaz.	Area	Nome da última inumação	Data da última inumação
4	+/-2.00m2	Rita Gomes	23.10.1979
48	3.00m2	Ana Maria da Costa	19.11.1880
86	+/-2.00m2	Alfredo Augusto Machado	03.01.1973

Secção nº 7

Nº Sep./Jaz.	Area	Nome da última inumação	Data da última inumação
87	+/-2.00m2	Abílio da Silva Guimarães	04.02.1989
97	+/-2.00m2	Júlia Adelaide da Silva	06.11.1934
105	+/-2.00m2	Manuel de Carvalho	24.03.1980

Secção nº 10

Nº Sep./Jaz.	Area	Nome da última inumação	Data da última inumação
8	4.00m2	Ester Ferreira Vieira Braga	30.09.1972
41	9.00m2	Hernâni Humberto Pº Costa	30.10.1981
118	+/-2.00m2	Cassilda Augusta Cor. Amaral	14.03.1994
193	+/-2.00m2	Mª Angelina Teixeira Lopes	31.01.1990

Secção nº 11

Nº Sep./Jaz.	Area	Nome da última inumação	Data da última inumação
45	+/-2.00m2	Tomazia Soares	31.01.1979

Secção nº 18

Nº Sep./Jaz.	Area	Nome da última inumação	Data da última inumação
9	+/-2.00m2	Filomena de Jesus Ribeiro	09.09.1976


Secção nº 20

Nº Sep./Jaz.	Area	Nome da última inumação	Data da última inumação
35	+/-2.00m2	Luísa Idalina de Jesus Nogueira	11.09.1982
39	+/-2.00m2	Ílda Delgado	05.12.1977

Acrescenta-se ainda que nos termos do estatuído no artigo 47º do citado Regulamento, sob a epígrafe “*Abandono de jazigo ou sepultura*”,

“Os jazigos que vieram à posse da Câmara Municipal em virtude de caducidade da concessão, e que pelo seu valor arquitectónico ou estado de conservação se considere de manter e preservar, poderão ser mantidos na posse da Câmara ou alienados em hasta pública, nos termos e condições especiais que resolver fixar, podendo ainda impor aos arrematantes a construção de um subterrâneo ou subpiso para receber os restos mortais depositados nesses mesmos jazigos.” (sublinhado nosso).

A Jurista,



(28.9.2016)